



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

139.

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0104934-46.2009.8.17.0001 (0315150-4)

RECORRENTE: Estado de Pernambuco

PROCURADORA: Luciene Barros de Andrade Melo

RECORRIDA: Lais Ferreira Modesto

ADVOGADO: Rafael de Sá Loreto

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CPC, ART.20§4º. VALOR MANTIDO. IMPROVIDO O RECURSO.

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão terminativa que negou seguimento à Apelação Cível n. 315150-4.

Em síntese, o recorrente sustenta que o valor fixado à título de honorários sucumbenciais merece redução, pois não há equivalência entre o *quantum* de honorários fixados pelo magistrado de primeiro grau e o real trabalho desenvolvido pela advogada da parte agravada.

Ademais, requer a observância aos requisitos contidos nas alíneas a, b e c, do §3º do art.20 do CPC, pois o que se discute no processo em tela é matéria repetitiva e de baixo valor, onde não foram enfrentadas questões jurídicas para a fixação do objeto da lide. Por derradeiro, pugnou pela reforma da decisão que negou provimento ao apelo para reduzir o valor fixado a título de honorários advocatícios, observando-se o contido no §4º do art.20 do CPC.

Analisando-se detidamente os autos, verifico que a decisão terminativa hostilizada abordou toda a matéria nos limites em que foi posta em Juízo, destarte, devendo o *decisum* injuriado manter-se pelos seus próprios fundamentos jurídicos, expostos a seguir:

"O recorrente insurge-se contra a verba honorária fixada pelo magistrado de primeiro grau no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). Argumenta não ter havido obediência ao requerido no inicial, a saber, fixação de verba honorária na base de 20% (vinte por cento) do valor da causa. Examinando detidamente a peça vestibular (fls.02/10), constato que a autora-apelada requereu a condenação do réu ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em percentuais distintos, a saber: "4. Seja a demandada condenada ao pagamento de custas processuais e honorários de advogado a ser arbitrado com base no art.20, §4º do CPC" "6. Seja a demandada condenada nas custas processuais, honorários advocatícios arbitrados na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa e demais sucumbências." No entanto, não obstante o requerido na inicial, é assente que à luz do disposto no art.20, §4º do CPC, quando a Fazenda Pública restar vencida, como na hipótese presente, a verba honorária deverá ser fixada consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do §3º do mesmo artigo. Nesse diapasão, colaciono o seguinte julgado: EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

DE VIOLAÇÃO DO ART.535 DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. PRESCRIÇÃO.HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida.2. Caracterizada a renúncia tácita da prescrição quando há o reconhecimento administrativo do direito a incorporação.3. A jurisprudência desta Corte é pacífica ao reconhecer o direito à incorporação de quintos por servidores públicos em exercício de função comissionada, no período de 8 de abril de 1998 - data do início da vigência da Lei n. 9.624/98 - até 5 de setembro de 2001 - data do início da vigência da Medida Provisória n. 2.225-45/2001.4. A fixação dos honorários advocatícios quando vencida a Fazenda Pública não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1220157/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/02/2011, DJe 22/02/2011)- GRIFEI- In casu, verifico que o MM. Juiz a quo, nos termos do art.20, §4º do CPC, arbitrou os honorários advocatícios em valor fixo, qual seja, R\$ 1.000,00 (mil reais) conforme o critério da equidade, não havendo que se falar em sentença *ultra petita*. É posicionamento dominante na doutrina e na jurisprudência pátrias que os honorários advocatícios devem representar um valor que ressalte a dignidade do trabalho prestado, sem, todavia, ensejar o enriquecimento sem causa. Na hipótese dos autos, levando-se em conta as peculiaridades da presente demanda e à luz dos requisitos previstos no §3º do art.20 do CPC, vislumbro que a verba sucumbencial fixada no *decisum* guerreado merece ser mantida. O recorrente argumentou ainda que a sentença é *extra petita*, porquanto fora fixada multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em caso de descumprimento sem qualquer pedido da parte autora. Entretanto, segundo redação do art.461, §4º do CPC, o magistrado pode, de ofício, impor multa diária ao réu, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito."

Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação n.315150-4 em que figura como recorrente Estado de Pernambuco e como recorrida Lais Ferreira Modesto,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 29/05/14

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

140-

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0104934-46.2009.8.17.0001 (0315150-4)

RECORRENTE: Estado de Pernambuco

PROCURADORA: Luciene Barros de Andrade Melo

RECORRIDA: Lais Ferreira Modesto

ADVOGADO: Rafael de Sá Loreto

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão terminativa que negou seguimento à Apelação Cível n. 315150-4.

Em síntese, o recorrente sustenta que o valor fixado à título de honorários sucumbenciais merece redução, pois não há equivalência entre o *quantum* de honorários fixados pelo magistrado de primeiro grau e o real trabalho desenvolvido pela advogada da parte agravada.

Ademais, requer a observância aos requisitos contidos nas alíneas a, b e c, do §3º do art.20 do CPC, pois o que se discute no processo em tela é matéria repetitiva e de baixo valor, onde não foram enfrentadas questões jurídicas para a fixação do objeto da lide.

Por derradeiro, pugnou pela reforma da decisão que negou provimento ao apelo para reduzir o valor fixado a título de honorários advocatícios, observando-se o contido no §4º do art.20 do CPC.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls.126/127 dos autos da Apelação Cível n.315150-4).

XX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível n.315150-4.É como voto.

Recife, 29/05/14

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator